

**No. 47526**

—  
**Brazil  
and  
Portugal**

**Tourism Cooperation Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic. Salvador, 29 October 2005**

**Entry into force:** *1 November 2008 by notification, in accordance with article 13*

**Authentic text:** *Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 4 May 2010*

—  
**Brésil  
et  
Portugal**

**Accord de coopération touristique entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise. Salvador, 29 octobre 2005**

**Entrée en vigueur :** *1<sup>er</sup> novembre 2008 par notification, conformément à l'article 13*

**Texte authentique :** *portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 4 mai 2010*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DO TURISMO ENTRE A REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA PORTUGUESA

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa  
(doravante designadas por “Partes”),

Considerando os profundos laços históricos e culturais que unem os dois Países;

Reconhecendo a importância do turismo e o seu contributo para o desenvolvimento económico e social, bem como para o fortalecimento das relações entre os dois Estados;

Desejando intensificar a cooperação no domínio do turismo, à luz da evolução observada desde o Acordo assinado em 1981;

Tendo em conta as disposições do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa assinado a 22 de Abril de 2000,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1  
Objetivo

As Partes empenhar-se-ão em reforçar a cooperação institucional e empresarial no domínio do turismo e favorecerão o incremento dos fluxos turísticos entre os dois países, no respeito da respectiva legislação interna e das obrigações assumidas internacionalmente.

## ARTIGO 2

### Cooperação Institucional

As Partes comprometem-se a promover a cooperação entre as respectivas organizações nacionais de turismo e a fomentar a colaboração entre empresas, organizações e instituições de ambos os países no domínio do turismo.

## ARTIGO 3

### Intercâmbio de Informação

As Partes promoverão o intercâmbio de informação sobre a atividade turística, incluindo legislação, dados estatísticos, programas de desenvolvimento turístico, bem como projetos e produtos turísticos, em especial os tecnologicamente inovadores.

## ARTIGO 4

### Intercâmbio de Experiências

As Partes incentivarão o intercâmbio de experiências e de boas práticas no domínio da gestão hoteleira, da certificação da qualidade, da classificação dos empreendimentos turísticos, da utilização das tecnologias ambientais, bem como no domínio do restauro de patrimônio artístico e arquitetônico com vista à sua adaptação e utilização para fins turísticos.

## ARTIGO 5

### Intercâmbio de Peritos

As Partes facilitarão o intercâmbio de peritos em promoção e comercialização turística, concepção de produtos turísticos, assim como em planejamento e desenvolvimento de zonas turísticas.

## ARTIGO 6

### Formação Profissional

As Partes comprometem-se a intensificar a cooperação no domínio da formação turística e nessa conformidade apoiarão:

- a) O intercâmbio de técnicos de formação, de formadores e de alunos (estagiários) entre escolas de hotelaria e turismo;
- b) O intercâmbio de informações e de experiências sobre os sistemas de formação e de certificação para as profissões turísticas;

- c) A cooperação e a realização de projetos comuns entre instituições de investigação neste setor.

#### ARTIGO 7

##### Promoção

1. As Partes promoverão o intercâmbio de documentação e material publicitário de natureza turística e a realização de ações de divulgação da oferta nesse âmbito, com vista à intensificação da oferta turística. Comprometem-se, igualmente, a incentivar a criação de redes transcontinentais de promoção turística e a organização de iniciativas promocionais conjuntas em mercados externos.

2. Obedecidas as leis e os regulamentos internos, as Partes comprometer-se-ão a envidar esforços a fim de coibir as atividades turísticas relacionadas com os abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana.

#### ARTIGO 8

##### Investimento

As Partes incentivarão e facilitarão, de acordo com as suas possibilidades, os investimentos de capitais portugueses, brasileiros ou conjuntos, no domínio do turismo.

#### ARTIGO 9

##### Cooperação Empresarial

As Partes empenhar-se-ão em incentivar o intercâmbio de informação sobre oportunidades de investimento na área do turismo e a realização de missões empresariais. Nessa conformidade apoiarão a realização de encontros de pequenas e médias empresas do setor, com o objetivo de proporcionar a divulgação de oportunidades de negócio e o desenvolvimento de parcerias.

#### ARTIGO 10

##### Cooperação em Organizações Internacionais

As Partes procurarão atuar de forma concertada nos foros internacionais, em particular na Organização Mundial do Turismo.

#### ARTIGO 11

##### Entidades Executoras

Para efeitos da implementação do presente Acordo, são designados como entidades executoras o Ministério do Turismo do Brasil e a Secretaria de Estado do Turismo de Portugal.

ARTIGO 12  
Grupos de Trabalho

A fim de analisar medidas adequadas para a concretização do presente Acordo, as entidades executoras consultar-se-ão e criarão, quando necessário, Grupos de Trabalho para exame de assuntos de interesse mútuo, no âmbito da Subcomissão Econômica, Financeira e Comercial criada pela Comissão Permanente Luso-Brasileira de 12 de Março de 2002.


ARTIGO 13  
Entrada em Vigor

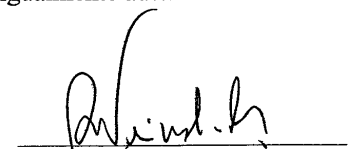
1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da data de recepção da última notificação por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos todos os requisitos de direito interno de ambas as Partes, necessários para o efeito.
2. A entrada em vigor do presente Acordo revoga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre Cooperação no domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 3 de fevereiro de 1981.

ARTIGO 14  
Vigência e Denúncia

1. O presente Acordo vigorará por um período de cinco anos (5), renovável automaticamente por iguais períodos, salvo se qualquer das Partes o denunciar, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de (6) seis meses relativamente à data da respectiva cessação de vigência.
2. A cessação da vigência do presente Acordo não afeta os programas e projetos em execução que tenham sido acordados antes dessa cessação.

Feito em Salvador, aos 29 de outubro de 2005, em dois exemplares originais, em língua portuguesa, sendo ambos igualmente autênticos.

  
PELA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL  
WALFRIDO DOS MARES GUIA  
Ministro do Turismo

  
PELA REPÚBLICA PORTUGUESA  
BERNARDO LUÍS AMADOR TRINDADE  
Secretário de Estado do Turismo

[TRANSLATION – TRADUCTION]

**TOURISM COOPERATION AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE  
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE PORTUGUESE REPUBLIC**

The Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic (hereinafter referred to as the “Parties”),

Considering the deep historical and cultural bonds uniting the two countries,

Recognizing the importance of tourism and its contribution to economic and social development and the strengthening of relations between the two States,

Desirous of strengthening cooperation in the field of tourism in the light of developments since the Agreement signed in 1981,

Taking into account the provisions of the Treaty of Friendship, Cooperation and Consultation between the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic signed on 22 April 2000,

Have agreed as follows:

*Article 1. Objective*

The Parties shall do their utmost to strengthen institutional and business cooperation in the field of tourism and shall encourage an increase in tourist traffic between the two countries, in accordance with their respective national legislation and international obligations.

*Article 2. Institutional cooperation*

The Parties undertake to promote cooperation between their national tourism bodies and to foster collaboration between the businesses, organizations and institutions of the two countries in the field of tourism.

*Article 3. Exchange of information*

The Parties shall promote the exchange of tourism information, including legislation, statistical data, tourism development programmes and tourism projects and products, especially those which make use of innovative technologies.

*Article 4. Exchange of experiences*

The Parties shall encourage the exchange of experiences and good practices in the areas of hotel management, quality certification, the classification of tourist operations, the use of environmental technology and the restoration of artistic and architectural heritage assets with a view to adapting them and making use of them for purposes of tourism.

*Article 5. Exchange of experts*

The Parties shall encourage the exchange of experts in tourism promotion and marketing, the design of tourism products and the planning and development of tourist areas.

*Article 6. Occupational training*

The Parties undertake to strengthen cooperation in the field of training for the tourism sector, and to that end shall support the following:

- (a) The exchange of training experts, trainers and students (interns) between schools which offer programmes in the hospitality and tourism sectors;
- (b) The exchange of information and experiences in regard to training and certification systems for occupations relating to tourism;
- (c) Cooperation between research institutions in the tourism sector and the carrying out of joint projects.

*Article 7. Promotion*

1. The Parties shall promote the exchange of documentation and advertising materials relating to tourism and actions to publicize tourist offerings with a view to expanding such offerings. Likewise, they undertake to encourage the establishment of transcontinental networks to promote tourism and organize joint promotional initiatives in foreign markets.

2. In accordance with their national laws and regulations, the Parties shall work to eliminate tourism activities which are associated with sexual abuse or otherwise degrade human dignity.

*Article 8. Investment*

Insofar as they are able, the Parties shall encourage and facilitate investments of Portuguese, Brazilian or joint capital in the field of tourism.

*Article 9. Business cooperation*

The Parties shall encourage the exchange of information on investment opportunities in the tourism sector and promote business missions. To that end, they shall support the holding of meetings of small and medium-sized businesses in the tourism sector to provide information on business opportunities and the development of partnerships.

*Article 10. Cooperation within international organizations*

The Parties shall endeavour to act in concerted fashion at international gatherings, particularly within the World Tourism Organization.

*Article 11. Executing agencies*

For the purposes of this Agreement, the Ministry of Tourism of Brazil and the Department of State for Tourism of Portugal are designated as executing agencies.

*Article 12. Working groups*

To analyse appropriate measures for the implementation of this Agreement, the executing agencies shall consult with one another and, where necessary, set up working groups to examine matters of common interest under the aegis of the Economic, Financial and Trade Subcommittee established by the Luso-Brazilian Standing Committee of 12 March 2002.

*Article 13. Entry into force*

1. This Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date on which the last notification is received, in writing and through the diplomatic channel, indicating that all requirements under the national law of both Parties necessary for the entry into force of the Agreement have been fulfilled.

2. Upon the entry into force of this Agreement, the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Portuguese Republic on Cooperation in the Field of Tourism, signed in Lisbon on 3 February 1981, shall be revoked.

*Article 14. Duration and denunciation*

1. This Agreement shall be valid for a period of five years, and shall be automatically renewed for further five-year periods unless either of the Parties denounces it, in writing and through the diplomatic channel, with a minimum of six months' notice prior to the corresponding expiry date of the validity period.

2. The expiry of the validity period of this Agreement shall not affect those programmes or projects under way which were agreed prior to such expiry.

DONE at Salvador on 29 October 2005, in two originals in the Portuguese language, both being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

WALFRIDO DOS MARES GUIA  
Minister of Tourism

For the Portuguese Republic:

BERNARDO LUÍS AMADOR TRINDADE  
Secretary of State for Tourism



[TRANSLATION – TRADUCTION]

## ACCORD DE COOPÉRATION TOURISTIQUE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE

La République fédérative du Brésil et la République portugaise (ci-après dénommées les « Parties »),

Considérant les liens étroits qui unissent les deux pays aux plans historique et culturel,

Reconnaissant l'importance du tourisme et sa contribution au développement économique et social, ainsi qu'au renforcement des relations entre les deux États,

Animées par le désir d'intensifier leur coopération touristique, à la lumière de l'évolution observée depuis la signature de l'Accord de 1981,

Tenant compte des dispositions du Traité d'amitié, de coopération et de consultation entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise signé le 22 avril 2000,

Sont convenues de ce qui suit :

### *Article premier. Objectif*

Les Parties s'efforceront d'intensifier leur coopération institutionnelle et interentreprises dans le domaine du tourisme et encourageront l'augmentation des déplacements touristiques entre les deux pays, dans le respect de leurs législations interne respectives et de leurs obligations internationales.

### *Article 2. Coopération institutionnelle*

Les Parties s'engagent à promouvoir la coopération entre leurs organismes nationaux en charge du tourisme et à encourager la collaboration interentreprises, organismes et institutions des deux pays actives dans le domaine du tourisme.

### *Article 3. Échange d'informations*

Les Parties encourageront l'échange d'informations sur l'activité touristique, notamment celles concernant la législation, les données statistiques, les programmes de développement touristique, ainsi que les projets et produits touristiques, particulièrement ceux qui sont technologiquement innovants.

### *Article 4. Échange d'expériences*

Les Parties encourageront l'échange d'expériences et de bonnes pratiques dans les domaines de la gestion hôtelière, de la certification qualité, de la classification des éta-

blissements touristiques, de l'utilisation des technologies environnementales, ainsi que dans celui de la restauration du patrimoine artistique et architectural, en vue de leur adaptation et de leur utilisation à des fins touristiques.

*Article 5. Échange d'experts*

Les Parties faciliteront l'échange d'experts en promotion et commercialisation touristique, conception de produits touristiques, ainsi qu'en planification et développement de zones touristiques.

*Article 6. Formation professionnelle*

Les Parties s'engagent à intensifier leur coopération dans le domaine de la formation touristique et appuieront à cet effet :

- a) L'échange de techniciens de la formation, de formateurs et d'étudiants (stagiaires) entre écoles hôtelières et de tourisme;
- b) L'échange d'informations et d'expériences concernant les systèmes de formation et de certification pour les professions touristiques;
- c) La coopération et la réalisation de projets communs entre organismes de recherche dans ce secteur.

*Article 7. Promotion*

1. Les Parties favoriseront l'échange de documentation et de matériel publicitaire dans le domaine touristique, ainsi que la réalisation d'actions promotionnelles de leur offre en la matière, en vue de son enrichissement. Elles s'engagent également à encourager la création de réseaux transcontinentaux de promotion touristique et l'organisation d'opérations promotionnelles conjointes sur les marchés extérieurs.

2. Dans le respect de leurs lois et réglementations internes, les Parties s'engagent à accomplir les efforts nécessaires pour lutter contre les activités touristiques donnant lieu à des abus sexuels et celles portant atteinte à la dignité humaine.

*Article 8. Investissement*

Les Parties encourageront et faciliteront, dans la mesure de leurs possibilités, l'investissement de capitaux portugais, brésiliens ou conjoints, dans le domaine du tourisme.

*Article 9. Coopération interentreprises*

Les Parties encourageront l'échange d'informations sur les opportunités d'investissement dans le secteur du tourisme et la réalisation de missions d'entreprises. À cet effet, elles soutiendront la réalisation de rencontres entre petites et moyennes entrepri-

ses du secteur, en vue de permettre la diffusion d'informations sur des opportunités d'affaires et le développement de partenariats.

*Article 10. Coopération au sein des organisations internationales*

Les Parties chercheront à agir de manière concertée au sein des instances internationales, en particulier au sein de l'Organisation mondiale du tourisme.

*Article 11. Entités d'exécution*

Pour la mise en œuvre du présent Accord, sont désignés comme entités d'exécution le Ministère du tourisme du Brésil et le Secrétariat d'État au tourisme du Portugal.

*Article 12. Groupes de travail*

Afin d'étudier les mesures appropriées pour la mise en œuvre du présent Accord, les entités d'exécution se consulteront et créeront, si nécessaire, des groupes de travail pour examiner des questions d'intérêt commun, dans le cadre de la Sous-commission économique, financière et commerciale créée par la Commission permanente luso-brésilienne le 12 mars 2002.

*Article 13. Entrée en vigueur*

1. Le présent Accord entrera en vigueur le premier jour du mois suivant celui de la date de réception de la dernière notification par écrit et par la voie diplomatique stipulant que toutes les exigences juridiques internes propres à chacune des Parties devant être respectées à cet effet l'ont bien été.

2. L'entrée en vigueur du présent Accord entraîne la révocation de l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République portugaise relatif à la coopération dans le domaine du tourisme, signé à Lisbonne le 3 février 1981.

*Article 14. Durée et dénonciation*

1. Le présent Accord restera en vigueur pour une période de cinq (5) ans, renouvelable par tacite reconduction pour des périodes de même durée, sauf si l'une quelconque des Parties le dénonce, par écrit et par la voie diplomatique, au moins six (6) mois avant le terme de ladite période.

2. La dénonciation du présent Accord ne remettra pas en cause les programmes et projets en cours d'exécution qui auront été convenus avant cette dénonciation.

FAIT à Salvador, le 29 octobre 2005, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :

WALFRIDO DOS MARES GUIA  
Ministre du tourisme

Pour la République portugaise :

BERNARDO LUÍS AMADOR TRINDADE  
Secrétaire d'État au tourisme